

EDMILSON VILLARON FRANCESCHINELLI

Advogado.

Coordenador e Professor do Curso de Direito do
Centro Regional Universitário do Espírito Santo do Pinhal.

Ex-Promotor de Justiça e Ex-Juiz de Direito.

Mestre em Direito pela UNIMEP – Piracicaba.

AÇÃO RESCISÓRIA

o erro de fato como uma de suas hipóteses de cabimento

JH
MIZUNO

Leme, 2006

Localização: 347.922.6(81)

F815a

Código de barras: STJ00065951

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
MEYRE RAQUEL TOSI BIBLIOTECÁRIA - CRB 9 NS 759

347.957 Franceschinelli, Edmilson Villaron
F886a Ação rescisória e o erro de fato como uma de suas
hipóteses de cabimento/ Edmilson Villaron Franceschinelli -
Leme: Mizuno, 2006.
172 p. 21cm.

Inclui bibliografia e índice alfabético remissivo.

1. Ação rescisória. 2. Recursos - Ação rescisória. I. Título.

CDD 347.957

Índice para o Catálogo Sistemático

Ação rescisória	347.957
Recursos - Ação rescisória	347.957

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------	---

CAPÍTULO 1

Disposições gerais sobre a ação rescisória

1. Objeto da ação rescisória	13
2. Breves comentários históricos	17
3. Ação rescisória no direito brasileiro e no direito comparado	24
4. Sentença de mérito	27
5. Decisões condenatórias que não possuem natureza de sentença de mérito	28
6. Tutela jurisdicional na ação rescisória	29
7. Condições específicas da ação rescisória	29
8. As hipóteses do art. 485 são taxativas?	30

CAPÍTULO 2

Das nulidades processuais

1. Introdução	33
2. Nulidades no Direito Civil	33
3. Nulidades no Direito Processual Civil	37

CAPÍTULO 3

Nulidade e coisa julgada material

1. Introdução	43
2. Corrente da coisa julgada material relativa	43
3. Corrente da coisa julgada material absoluta	48
4. A sentença como ato jurídico complexo	54
5. Da nulidade decorrente de violação de norma constitucional e infraconstitucional	57

CAPÍTULO 4

Ação rescisória como instrumento de declaração da nulidade

1. Introdução	65
2. Ação rescisória como instrumento adequado à declaração de nulidade	65
3. Ação rescisória como instrumento inadequado à declaração de nulidade	67

CAPÍTULO 5

Decisões que comportam a ação rescisória

1. Sentenças de mérito	71
2. Decisões interlocutórias e terminativas,	72
3. A decisão de carência da ação por falta de uma de suas condições é rescindível?	74
4. Condições da ação e mérito	76
4.1 O que é interesse?	77
4.2 Interesse, direito subjetivo é legitimidade	78
4.3 Interesse material e interesse processual	84
4.4 Interesse material confunde-se com a legitimação	89
4.5 Da legitimidade para agir e possibilidade jurídica do Pedido	89
4.6 A decisão que acolhe a ilegitimidade é de carência da ação ou de mérito?	91

CAPÍTULO 6

Da legitimação para a propositura da ação rescisória

1. Introdução	95
2. Das partes	95
3. Dos sucessores das partes	98
4. Dos terceiros	101
5. Direitos reflexivos	103
6. Da legitimação do Ministério Público como custos leais	105

CAPÍTULO 7

Considerações gerais sobre o erro de fato

1. Introdução	109
2. Do erro	110
3. Error in iudicando e error in procedendo	111
4. Do erro de direito e de fato	116
5. Ação rescisória por erro de direito	117
6. Do fato em que incide o erro do juiz	127
7. O erro de fato e a revelia	129

CAPÍTULO 8

Visão analítica do erro de fato

1. Conceito analítico de erro de fato	131
2. Dos efeitos do erro de fato	132

3. Causas do erro de fato	136
4. De que fato trata o § 2º do art. 485 do CPC?	139
5. Sujeitos do erro de fato	141
6. Do erro determinado por terceiro	141
7. Erro de fato essencial e acidental	142
8. Erro de fato escusável e inescusável	145
8.a) Da inexistência de controvérsia sobre o fato	147
8.b) Inexistência de pronunciamento judicial sobre o fato	149
9. Conclusão	150

CAPÍTULO 9

Das Causas determinantes do erro de fato

1. Introdução	153
2. O dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida	155
3. A colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	156
4. Aprova falsa, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou provada na própria ação rescisória	157
5. Haver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença	158
6. Documento novo	159
7. Cabimento da ação rescisória quando houver ofensa á coisa julgada	162
8. Conclusão final	164
BIBLIOGRAFIA	165
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	169